

Alguns ensinamentos da crise financeira norte-americana de 2008

Jorge Amaro Bastos Alves¹

RESUMO: Esse artigo aborda de forma concisa a crise financeira de 2008 que abalou os tradicionais mercados europeus e norte-americano analisando suas repercussões no Brasil e no mundo. Analisou-se o aspecto recorrente das crises, tendo em vista que essas decorrem de processos evolutivos das economias de mercado, bem como, algumas particularidades do caráter sistêmico, globalizado e abrangente da crise, que atingiu não só o sistema financeiro como o setor real da economia.

Palavras-chave: crise financeira de 2008; crise econômica; Banco Central; subprime; capital financeiro

Some teachings of the North American financial crisis of 2008

ABSTRACT: This article briefly addressed the financial crisis of 2008 that shook the traditional European and North American markets by analyzing its impacts in Brazil and the world. It discussed the recurrent aspect of the crises, considering that these arise from the evolutionary processes of the market economies and some peculiarities of this crisis due to its systemic, globalized and comprehensive character, that affected not only the financial system but also the real sector of the economy.

Keywords: financial crisis of 2008; economic crisis; Central Bank; subprime; financial capital

1. INTRODUÇÃO

A crise americana foi um dos temas mais veiculados no cenário econômico internacional no ano de 2007. Quando essa crise veio a tona no mês de agosto daquele ano, pouco se sabia sobre a dimensão e a dinâmica do fato, porém, havia uma certeza: existiam créditos podres na praça, ou em outras palavras, alguns bancos e investidores não vão receber de volta o dinheiro que emprestaram e/ou investiram.

Este artigo aborda reflexões relacionadas principalmente à internacionalização e a financeirização da economia, utilizando-se para tanto de pesquisa exploratória e bibliográfica em revistas e livros da área econômica, visando efetuar um compêndio sobre o tema.

Inicialmente contempla-se na primeira seção as transformações recentes da economia mundial, enfatizando o caráter sistêmico da crise financeira norte-americana. As seções seguintes dão conta de quatro grandes eixos de análise, a saber: a origem e dinâmica crise, as repercussões e dimensões desta crise na economia real, a capacidade de auto regulação do sistema, e por fim, os efeitos do *subprime* norte-americano para o Brasil, e as medidas tomadas à época pelo governo brasileiro para minimizar os efeitos na economia real.

¹ Economista (UFSC), Mestre em Desenvolvimento Regional (UnC) e Doutorando em Ciência e Tecnologia Ambiental (UNIVALI). Email: jorgealves@edu.univali.br

2. FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E SEUS EFEITOS

Crises financeiras são fenômenos decorrentes de processos evolutivos das economias de mercado, e segundo Moura (2008), ao se observar registros conhecidos de turbulências bancárias dos últimos três séculos, encontra-se em todas uma combinação de elementos novos e antigos. Na maioria das crises, porém, um componente é comum à maioria delas, representado por uma rápida expansão do crédito, ou seja, somente uma oferta de financiamento, sustenta um processo de valorização de ativos, que acaba provocando um movimento de retroalimentação propício ao surgimento de bolhas nos vários mercados de ativos.

A crise financeira ocorrida em 2008, segundo Nakano (2008, p. 14), foi “[...] sistêmica, globalizada e abrangente, atingindo não só todo o sistema financeiro como o setor real da economia”.

A extensão dessa crise na visão de Moura (2008, p. 18), “[...] alcançou todos os mercados: monetário, de crédito, de capitais, de derivativos, atingindo até instituições não-financeiras, como as seguradoras que se especializaram no oferecimento de proteção contra riscos de crédito”. A esse respeito, Cardoso (2009), comenta que “Subitamente o mundo tomou conhecimento de que havia um problema: hipotecas sobre a compra de imóveis dadas com garantias precárias”.

Um ponto importante a se ponderar é que, ao se olhar a crise americana de forma simplista, entende-se que houve por parte dos bancos a concessão de créditos em importância superior ao valor real dos imóveis hipotecados pelos cidadãos, e que, parte desses tomadores de crédito utilizaram o dinheiro para quitar dívidas e consumir o que aqueceu o mercado de forma irreal, provocando um *boom* imobiliário.

Entretanto, quando se analisa a crise econômica americana em seus pormenores, nota-se que essa foi favorecida pela “financeirização” da economia mundial nas últimas décadas, isto é, o capital produtivo, aquele que faz a riqueza circular, foi perdendo espaço para o capital especulativo.

Outro detalhe é que, a especulação no mercado financeiro se avolumou graças a tecnologia da informação, que ao mesmo tempo em que facultou um dinamismo no fluxo de capitais, tornou o mercado financeiro mais incerto. Essa incerteza segundo Scherer e Cintra (2008) ocorre devido à grande volatilidade no preço dos mais diversos ativos e derivativos existentes, praticamente uma ‘teia de contratos’ que ‘enrolam’, conforme termo usado pela

revista *The Economist* (2008) – de forma ‘sistêmica’, os diversos mercados de ativos, instituições financeiras e os sistemas financeiros nacionais.

Consoante a esse pensamento, Dowbor (2008, p. 34) cita que “Como o dinheiro passou a ser uma notação eletrônica, que viaja na velocidade da luz nas ondas da virtualidade, o mundo se tornou um cassino global”. Alusivo a isso, Ramonet (2008), afirma que a globalização levou a economia mundial a adquirir a forma de uma economia de papel, virtual, imaterial e a dimensão financeira desse fenômeno chegou a representar na ocasião, mais de 250 bilhões de euros, ou seja, seis vezes o montante da riqueza mundial efetiva.

Fato é que, percebe-se nitidamente hoje em dia, a dominância da área de finanças no noticiário econômico, o qual enfatiza a análise da especulação financeira em seus diversos papéis. A crise norte-americana de 2008 foi prevista por alguns economistas², que advertiram para o risco de a circulação do capital numa economia com regulação frouxa poderia desencadear a formação de uma riqueza financeira desagregada da economia real, podendo dessa forma, advir uma crise muito séria, semelhante à de 1929.

Nesse sentido, com base em alguns indicadores, Nouriel Roubini³ (2008) advertiu cerca de dois anos antes do estouro da crise, que havia risco de colapso no mercado imobiliário. Sua conclusão de que havia uma crise sendo delineada, se deu ao verificar que os preços dos imóveis haviam se multiplicado por dois em apenas dez anos, aliado ao pouco rigor para a concessão de empréstimos, além do fato de que o consumidor americano apresentava um alto grau de endividamento. Essa crise que apresentava características sistêmicas, levaria a outra nas empresas de crédito imobiliário e que somado a uma alta nos preços do petróleo e de outras fontes de energia, guiaria a economia para uma recessão e colocaria o mercado financeiro numa ampla e séria crise.

3. CRONOLOGIA DA CRISE

Fatores que deram origem à chamada bolha imobiliária no mercado americano remetem a bolha anterior de ações das empresas de tecnologia entre os anos de 1994 e 2000,

² Existe um consenso que cinco economistas apontaram o início da crise econômica mundial: Nouriel Roubini, Stephen Roach, David Smick, Dean Baker e Robert Schiller.

³ Professor de Economia da Universidade de Nova York e sócio da consultoria RGE Monitor. Obteve o ph.D. na Universidade Harvard, sob orientação do economista Jeffrey Sachs. Foi economista-sênior para assuntos internacionais do Conselho de Assesores Econômicos do governo americano no período 1998-1999 (ROUBINI, 2009). Extraído de: <<http://pages.stern.nyu.edu/~nroubini>>.

que elevou a bolsa Nasdaq⁴ e culminou na crise da mesma em 2000 (SCHERER; CINTRA, 2008). Visando aumentar o consumo e fomentar o crescimento econômico, especialmente após os atentados de 11 de Setembro de 2001, o Federal Reserve (FED), que é o Banco Central dos Estados Unidos (EUA) reduziu a Federal Funds Rate, a taxa básica de juros norte-americana. Em 2003 os juros do FED chegaram a cair para 1% ao ano sendo então, a menor taxa desde o fim dos anos 1950.

O setor imobiliário se beneficiou dessa redução de juros, e a demanda por imóveis nos EUA cresceu, pois, comprar uma casa tornara-se um negócio atrativo e mais seguro, se comparado com o investimento no mercado acionário da Nasdaq que apesar de ter proporcionado bons lucros, revelara-se uma bolha que derrubou as ações da Nova Economia⁵.

O mercado imobiliário apresentava-se, portanto, como um investimento adequado, não apenas para quem adquiria a casa própria, mas também, para quem buscava um investimento, o que segundo Scherer e Cintra (2008, p. 2), “[...] levou a um forte aumento especulativo no preço das residências, o qual por sua vez dinamizou, a partir das mais variadas formas de crédito hipotecário, outros mercados financeiros”.

As empresas do mercado hipotecário ademais, exploraram um nicho de clientes composto pelo segmento *subprime*, caracterizado, de modo geral, pela baixa renda, por vezes com histórico de inadimplência e com dificuldade de comprovar renda. Nesse contexto, os devedores de hipoteca classificados como *subprime* pagam taxas de juros mais altas devido a apresentarem maior risco de inadimplência. Da mesma forma, na outra ponta, os contratos lastreados e derivados desses créditos hipotecários por serem de maior risco, ofereciam taxas de retorno mais altas.

O mercado de *subprime* consistia numa engenharia financeira onde a companhia imobiliária tomava para si o risco, concedia o crédito e posteriormente transformava esse lastro original em recebíveis hipotecários. Nesse processo de securitização, notadamente a partir de 2006, os ativos geralmente emitidos por bancos de investimento eram vendidos à fundos de *hedge*⁶ e a outros investidores institucionais em várias partes do mundo, que por sua vez, transformavam-nos em outros produtos financeiros chamados derivativos, tais como

⁴ Nasdaq (*National Association of Securities Dealers Automated Quotation*) foi a primeira bolsa eletrônica do mundo, composta por empresas de tecnologia. As principais empresas que compõem esse índice são Microsoft, Cisco e Intel. As negociações não seguem o padrão mundial e são realizadas através de uma rede de computadores.

⁵ O mercado financeiro acabou apelidando as operações da Nasdaq de “Nova Economia”.

⁶ Instrumento financeiro que visa proteger ativos financeiros como o dólar, uma commodity ou um título do governo, contra oscilações bruscas de preços numa data futura, ou, assegurar o preço de uma dívida a ser paga no futuro.

os títulos de curto prazo, conhecidos em inglês como *commercial papers*, emitidos com objetivo de captar publicamente recursos para o capital de giro da empresa (NASSAR, 2007; SCHERER; CINTRA, 2008).

Um dos motivos da expansão do segmento *subprime* foi de caráter político. O governo Clinton iniciou pressão que foi mantida no governo Bush, para que as agências hipotecárias Fannie Mae e Freddie Mac – que tinham cerca de US\$ 1 trilhão em hipotecas *subprime* – relaxassem seus critérios de concessão de crédito (tanto na originação quanto na absorção de hipotecas); a intenção do governo era viabilizar o acesso à casa própria a pessoas que seriam excluídas pelas regras normais de aprovação de cadastro (CARTA, 2008a). Fannie Mae e Freddie Mac, embora sejam agências privadas, sempre tiveram uma garantia subentendida do governo norte-americano, o que para muitos analistas, as tornava entidades paraestatais, e subalternas às orientações do Poder Executivo.

Relativo a essa difusão de papéis no mercado, Nassar (2007) comenta ainda que os títulos de curto prazo e correlatos eram comprados por todo mundo, desde os ousados fundos de *hedge* e *private equity*⁷ até os mais conservadores fundos mútuos e de pensão.

A realidade é que esses derivativos se espalharam pelo mercado, entraram em carteira de bancos e lastrearam operações que alavancaram grandes bancos, bancos de investimento e seguradoras. Ao final de 2005, com o FED retomando uma situação de normalidade nas taxas de juros, o crédito encareceu, afastou compradores e o preço dos imóveis deixou de aumentar.

Em julho de 2008 conforme De Vizi (2011), o volume total de derivativos somava US\$ 684 trilhões. Concernente a isso, Cardoso (2009) afirma que “Hoje todo mundo reconhece que o sistema financeiro estava muito ‘alavancado’, ou seja, emprestava com uma base de capital próprio muito pequena [...]”.

Quando parte desses tomadores de empréstimos ficaram inadimplentes, uma reação em cadeia de não-recebimento foi iniciada pelos compradores dos títulos, fato que gerou desconfiança e receio no mercado, que passou a não mais comprar os *subprime*, provocando assim, uma retração de crédito que culminou em uma crise de liquidez.

A situação se deteriorou em definitivo quando a oferta começou a superar a demanda e o valor dos imóveis entrou em queda, o que estimulou a desistência de pagamentos de parte dos compradores em 2007, uma vez que o valor das dívidas começava a superar o valor dos imóveis (SCHERER; CINTRA, 2008).

⁷ Fundos de *Private Equity* ou Fundos de Ativos Privados adquirem participação acionária em empresas. Tendem a investir em negócios mais maduros, como consolidação e reestruturação (PORTAL ACIONISTA, 2018).

Uma questão crucial nessa crise segundo Roubini (2008), é que deve ser levado em conta ainda que, as agências de classificação de risco, Standard & Poor's, Fitch e Moody's, deram notas altas aos bancos envolvidos com operações arriscadas no mercado imobiliário, contudo, elas eram pagas pelos mesmos clientes que tinham de avaliar.

4. REPERCUSSÕES NO MUNDO

Paul Samuelson, Prêmio Nobel de economia afirmou que o desastre provocado por essa crise representou para o capitalismo o que a queda da União Soviética foi para o comunismo (RAMONET, 2008). O estouro da bolha imobiliária produziu inadimplência em cascata, conforme Nassar (2007), devido à combinação entre redução no preço dos imóveis e empréstimos desmedidos como por exemplo, na Inglaterra, onde o limite chegou a 130% do valor do imóvel e a até cinco vezes a renda do tomador.

Há que se salientar, que essa crise financeira combinou de forma concomitante segundo Nakano (2008, p. 14): “[...] crise do sistema de financiamento imobiliário, quebra das bolsas de valores e crise bancária [portanto,] têm consequências mais graves do que crises financeiras setoriais”.

Os primeiros reflexos ocorreram na Europa e nos EUA em meados de 2007, mas, a situação se agravou no segundo semestre de 2008, quando da falência do Lehman Brothers em 15 de setembro daquele ano, desempregando mais de 26 mil pessoas e provocando uma queda de mais de 500 pontos no Índice Dow Jones, a maior queda em um único dia, desde a depressão de 1929, que culminou na crise sistêmica se alastrando para Alemanha, França e Espanha (CARTA, 2008a). ademais, Nassar (2007), diz que “Companhias imobiliárias declararam prejuízo, bancos fecharam fundos para resgate, [e], grandes bancos viram seus lucros reduzidos no terceiro trimestre”.

Alguns episódios que devastaram a banca de investimentos mundial além da quebra do Lehman Brothers, consoante Ramonet (2008) são: o Bear Stearns comprado, com a ajuda do FED, pelo Morgan Chase; o Merrill Lynch adquirido pelo Bank of America; e o Goldman Sachs e o Morgan Stanley (em parte comprado pelo japonês Mitsubishi UFJ), foram reconvertidos em simples bancos comerciais.

A falta de liquidez – primeira consequência nítida da crise – foi enfrentada com a utilização de mecanismos monetários, como o redesconto, normalmente utilizado pelos bancos centrais para regular o sistema de liquidez do sistema bancário. No entanto, naquele

contexto, os bancos centrais dos principais países afetados injetaram elevados volumes de recursos nos mercados, e ainda se prontificaram no momento da crise, de acordo com Buitter (2008) apud Scherer e Cintra (2008, p. 12) a serem “[...] ‘compradores de ativos ilíquidos em última instância’, tal como vem ocorrendo com o FED e o Banco da Inglaterra.”

Esse novo panorama econômico nos EUA provocou uma alta nos juros e um aumento geral da inadimplência. Também, a falta de crédito devido ao receio de novos calotes provocou uma desaceleração geral no país, pela falta de liquidez no mercado, que por sua vez, puxou para baixo a histórica propensão dos americanos ao consumo, o que contribuiu para agravar ainda mais a perda de um dos pilares de sustentação da economia, suscitando por conseguinte, uma diminuição na produção industrial. Essa sucessão de fatos na economia, culminou com as empresas efetuando demissões e paralisando alguns investimentos anteriormente programados.

Dessa forma, a crise iniciada no mercado financeiro atingiu de forma dura a economia real nos EUA e outros países, incluindo o Brasil, os quais entraram em recessão. Dados do World Factbook (CIA, 2018) mostram que o PIB brasileiro havia fechado o ano de 2008 em 5,2%; em 2009 fechou com crescimento negativo de -0,13%. Enquanto isso, a economia mundial registrava PIB de -0,6%, tendo de um lado, os Estados Unidos com a economia registrando crescimento nulo em 2008 e encolhendo -2,6% em 2009, e, de outro, a China, que apesar de crescer cerca de 9% tanto em 2008 como em 2009, apresentou retração, tendo em vista o ano de 2007, quando a economia chinesa havia crescido quase 12%.

A variável econômica mais comprometida no mundo foi a taxa de desemprego que disparou, principalmente, entre os mais jovens, e muitas empresas faliram. A taxa de desocupação no Brasil em março de 2009, segundo De Vizi (2011) alcançou 9% da população economicamente ativa (PEA).

Cabe destacar ainda, que nesse período, a principal bolsa de valores brasileira, a BM&FBovespa, no auge da crise chegou a interromper por duas vezes o pregão para conter perdas excessivas (DE VIZI, 2011). Em suma, o custo da busca pelo lucro de alguns investidores que aproveitaram-se de uma confusão criada por um série de erros derivados dos títulos *subprime* norte americanos, refletiram de forma perversa na maioria da população que não era investidora.

5. A REGULAÇÃO DO SISTEMA

Diante dessa crise de dimensão internacional ligada à financeirização da economia, é possível questionar a capacidade de auto-regulação do sistema. Para Roubini (2008), as autoridades reguladoras americanas tinham a ideologia do *laissez-faire*, do mercado livre, da auto-regulação, ou seja, de não-regulação, depositando confiança basicamente nos controles internos dos bancos. O resultado, é que deixaram a inovação financeira crescer sem supervisão adequada.

Nesse contexto, Nakano (2008, p. 15) afirma que “[...] a retração dos órgãos de supervisão e a liberalização dos mercados financeiros desde os anos 1980 são os grandes responsáveis pela magnitude e dimensão dos problemas que estamos enfrentando.”

Dada a magnitude dessa crise, Lesbaupin (2008) releva que deve-se pensar num modelo de desenvolvimento mais holístico, centrado nas necessidades humanas, que garanta a reprodução da natureza, que evite o desperdício, que não esgote os recursos naturais. Um desenvolvimento que não esteja voltado para a maximização do consumo e, sim, para a vida humana.

Se comparada com a crise de 1929 que permitiu a mudança da política econômica e o surgimento do New Deal implementado nos EUA entre 1933 e 1937 – que foi um programa de recuperação econômica de inspiração keynesiana baseado em gastos públicos, principalmente em infraestrutura – a crise de 2008 suscita uma nova regulação internacional da economia mundial. Na realidade, essa crise poderia ser aproveitada pelos países, para que a economia deixe de ser centrada nos interesses do capital financeiro.

6. OS EFEITOS DO *SUBPRIME* NORTE-AMERICANO PARA O BRASIL

O Brasil adotou à época, algumas medidas objetivando proteger sua economia dos efeitos desastrosos que abalavam os mercados tradicionais europeus e norte-americano. Pelo caráter sistêmico da crise econômica, Barbosa (2008) cita três ambientes que foram afetados diretamente no país: i) a Bolsa de Valores que acusou uma queda nos preços das ações, a exemplo do que ocorreu com as bolsas ao redor do mundo; ii) a taxa de câmbio que no período de 29 de agosto a 30 de outubro de 2008 desvalorizou quase 30%, e; iii) a falta de liquidez para o crédito doméstico, com a diminuição principalmente, das linhas de crédito externo.

Os tópicos citados estão interligados com a variação do mercado financeiro e que se manifestam livremente em função do fluxo de capitais, ou seja, a queda no valor das ações – primeiro segmento da economia a sentir o impacto de crises – reflete em princípio uma previsão de recessão, que por sua vez, contribui, para pressionar os preços.

Já o dólar mais caro, influenciou no aumento do valor dos insumos e matérias-primas importados utilizados na produção nacional. Além disso, conforme diz Barbosa (2008, p. 17), “Algumas empresas com negócios no comércio exterior perderam um bom dinheiro porque estavam com uma posição vendida em câmbio”. Atinente a isso, em 25 de setembro de 2008 a Sadia anunciava o primeiro prejuízo anual de seus 64 anos de história ligado a derivativos ruins que totalizaram R\$ 2,5 bilhões⁸ que resultou na sua fusão com a Perdigão, dando origem à Brasil Foods (BRF). Outras duas empresas afetadas por operações com derivativos foram a Aracruz e a Votorantim Celulose e Papel (VCP) que também entraram em acordo financeiro que culminou na criação da Fibria.

No tocante ao terceiro ponto, com a desaceleração da atividade econômica, o ritmo das importações foi bem mais afetado do que o das exportações. Nesse contexto, Araújo apud De Vizi (2011, [n. p.]) cita que a “desaceleração econômica mundial aliada à queda dos preços internacionais das commodities agro-minerais atuaria sobre a balança comercial, reduzindo preço e quantum exportados.” Nesse âmbito, cabe citar que o sistema de câmbio flexível adotado no país, segundo Barbosa (2008), provou mais uma vez sua eficiência em proteger a economia dos choques externos, pois a taxa de câmbio varia de acordo com as necessidades do balanço de pagamentos.

Além disso, o país também passou por uma retração de crédito, que afetou o mercado de bens e serviços doméstico, pois, menos dinheiro circulando, representou menos faturamento para as empresas, e por consequência menos lucro, de forma que, menos pessoas foram necessárias para se produzir.

O Banco Central brasileiro (BC) implantou um conjunto de medidas, tais como, como redução do depósito compulsório e criação de mecanismos, com objetivo de socorrer bancos pequenos que tinham dificuldades de financiar suas carteiras. Por meio dessa política de redução do compulsório bancário, o BC injetou 3,3% do PIB, no fim de 2008, no mercado bancário nacional (BARBOSA; SOUZA, 2010). Essas medidas se justificaram, devido a que, em momentos de incertezas, é normal que os bancos relutem a conceder crédito em virtude do

⁸ Estadão (2008), extraído de: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,derivativo-leva-sadia-a-prejuizo-de-r-2-5-bi,346128>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

aumento do risco. Há ainda que se destacar, a interrupção da trajetória de alta da taxa básica de juro⁹ pelo Comitê de Política Monetária – Copom.

Além disso, algumas outras ações relevantes à época tomadas pelo Governo brasileiro para enfrentar a crise, foram a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, e para toda uma gama de produtos utilizados na construção civil, além de eletrodomésticos. Outras ações importantes foram a redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e o estímulo ao crédito em bancos públicos. Mas, mesmo com a economia brasileira artificialmente aquecida, o PIB do país em 2009 registrou recuo de 0,6%. Entretanto, em 2010, como resultado desse enorme pacote de estímulos governamentais, o país cresceu 7,5%.

No entanto, quando a economia recebe incentivos que estimulam artificialmente o crédito como ocorreu no Brasil após 2008, isso provoca efeitos benéficos no curto prazo, porém, no longo prazo algumas repercussões aparecem. Acordante a isso, Roque (2014) cita o aumento dos preços, o aumento do endividamento, e o acúmulo de investimentos desarrazoados, com setores se expandindo sem que haja uma efetiva demanda de mercado. O crédito estatal que subsidiou largamente o setor industrial no país, sente agora – passados dez anos desses incentivos – duramente os efeitos da contração do crédito dos bancos públicos devido à crise fiscal pela qual o país vem atravessando.

Destaca-se que o ano de 2018 deve ser o primeiro desde a crise financeira em que a economia global operará com capacidade total ou próxima disso, segundo o relatório “Global Economic Prospects”, do Banco Mundial. A ociosidade da economia deve se aproximar de zero nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, graças à recente recuperação nos preços das commodities e ao bom desempenho das economias mais avançadas. O mundo deve crescer 3,1% neste ano de 2018 (GOMBATA, 2018).

Em relação ao Brasil, o cenário macroeconômico indica que a economia, ainda hoje, dez anos depois da crise, está em ritmo lento, apesar de que houveram outras crises de caráter político que afetaram o crescimento econômico do país, não tendo ligação direta com a crise financeira norte-americana de 2008. Importante ressaltar que, a inflação está sob controle o que permitirá ainda, futuras reduções da taxa básica de juros que se encontra atualmente em patamar bem reduzido para padrões brasileiros.

⁹ Em 21/01/2009, o Copom definiu a taxa básica de juro em 12,75% ao ano. Na 141ª reunião em 11/03/2009, a taxa de juro foi fixada em 11,25% a.a. (BANCO CENTRAL, 2009).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sociedade nos países ditos desenvolvidos, de uma forma geral, foi mais duramente atingida, notadamente os que trabalham ou têm relações econômicas com os setores exportador, financeiro e imobiliário.

Pelo fato da economia brasileira ser mais regulada financeiramente, com uma política cambial flexível e aliado ao crescimento do PIB em 2008, os choques externos provocados pela crise financeira norte-americana demoraram mais para que a sociedade sentisse seus efeitos.

Para Cardoso (2009), as consequências da crise no Brasil ainda se fazem sentir, visto que seu caráter deixou de ser ‘financeira’ para ser ‘econômica’, haja vista que quando as empresas não investem, os bancos não emprestam, e quando o fazem são muito cautelosos. Além disso, os empresários que produzem a riqueza no país ficam receosos de expandir seus negócios. Não falta apenas crédito, faltam compradores solventes. De fato, os mercados estão encolhendo e encolherão ainda mais porque, com ou sem socialização das perdas, houve perda substancial da riqueza. Em suma, a riqueza financeira virou pó, porque ela é pó quando falta a confiança.

Uma questão delicada para o Brasil é dívida pública principalmente no que tange a dívida interna que vem crescendo sistematicamente, tanto de forma absoluta, quanto como proporcional do PIB. Isso acontece em parte devido as equipes econômicas trocarem a dívida externa (com prazos maiores e menores taxas de juros), pela dívida interna (com prazos menores e maiores taxas de juros), em razão do volume de dólares que tem entrado no país nos últimos anos. Outro motivo são os gastos de custeio que são altos comparativamente aos investimentos realizados.

Dessa forma, se o governo conter o gasto público, conseqüentemente reduzirá o pagamento de juros, influenciando por fim, a redução cada vez mais da taxa básica de juros, que incide sobre a dívida pública. Obstante a isso, Skaf (2009, p. 18) sustenta que “Tivesse a União, assim como estados e municípios, um custeio mais racional, seriam melhores as suas condições para socorrer a economia, tanto com o aumento dos investimentos públicos, quanto por meio de redução tributária mais ampla do que a anunciada.”

Concluindo esse compêndio sobre a crise financeira de 2008, é oportuno citar Woods (2012), porque, apesar de uma corrente de economistas pleitear uma maior regulamentação do mercado financeiro, há um problema com este raciocínio, o atual sistema bancário não é

semelhante a um livre mercado. Atualmente, o sistema bancário opera dentro de uma estrutura estatal gerida e monopolizada por um banco central, que, por meio das reservas fracionárias, promove uma contínua inflação monetária e, conseqüentemente, a destruição do processo de formação de riqueza — exatamente o contrário do que alegam os defensores do afrouxamento bancário.

Assim, pode ser que a saída para um modelo mais eficientemente aconteça somente com a mudança de paradigma do sistema bancário mundial que poderia suscitar em um mercado de fato competitivo, com liberdade de entrada para a concorrência.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Fernando de Holanda. **Problemas no Brasil**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 62, nº 11, p. 17, nov. 2008.

BARBOSA, Nelson; SOUZA, José A. P. In: **Brasil - Entre o passado e o futuro**. GARCIA, Marco Aurélio e SADER, Emir (Orgs.). Fundação Perseu Abramo e Boitempo Editorial, 2010.

BANCO CENTRAL. **Focus - Relatório de Mercado**. 13 de fevereiro de 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. Perdidos na crise. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 01 fev. 2009. Vida Pública, p. 24.

CARTA DO IBRE. Crise financeira e Copom: o tanque monetário está cheio. **Conjuntura Econômica**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 62, nº 11, p. 6-8, nov. 2008a.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY – CIA. **The World Factbook**. 2018. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

DE VIZI, Bruno. Depois da crise - Desafios faz uma retrospectiva, revendo os impactos, os canais de transmissão, e as conseqüências da turbulência que modificou, e ainda modifica, a economia global. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Ano 8. Edição 64 - 10/02/2011. São Paulo: IPEA, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1308>. Acesso em: 15 jul. 2018.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica: alternativas de gestão social**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. 214 p.

GOMBATA, Marsílea. **Banco Mundial: Crescimento do PIB global vai acelerar a 3,1% este ano**. Valor, 09/01/2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/internacional/5251477/banco-mundial-crescimento-do-pib-global-vai-acelerar-31-este-ano>>. Acesso em 15 jul. 2018.

LESBAUPIN, Ivo. **Lições a tirar da crise econômica internacional**. Portal Eco-debate. Disponível em: <<http://www.ecodebate.com.br/2008/11/05/licoes-a-tirar-da-crise-economica-internacional-artigo-de-ivo-lesbaupin>>. Acesso em 12 jul. 2018.

MOURA, Alkimar. **Apontamentos para o novo século**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 62, nº 11, p. 18-19, nov. 2008.

NAKANO, Yoshiaki. **Origens e conseqüências**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 62, nº 11, p. 14-16, nov. 2008.

NASSAR, José Roberto. **A gestão de patrimônio na crise**. Revista Bovespa, outubro/dezembro, 2007. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/104/Subprime.shtml>>. Acesso em 19 fev. 2009.

PORTAL ACIONISTA. Disponível em: <<http://www.acionista.com.br>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

RAMONET, Ignacio. **A crise do século**. Disponível em: <<http://pt.mondediplo.com/spip.php?article288>>. Acesso em 19 maio 2018.

ROQUE, Leandro. **O que houve com a economia brasileira?** Mises Brasil, 2014. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1943>>. Acesso em 09 ago. 2018.

ROUBINI, Nouriel. **Nouriel Roubini - O homem que previu o caos**. Época, n. 542, 02 out. 2008. Entrevista a José Fucs. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,ERT13935-15295-13935-3934,00.html>>. Acesso em 16 maio 2018.

SCHERER, André Luís Forti; CINTRA, Marcos Antônio Macedo. **Pensar o impensável: o desenrolar da crise global**. São Paulo, Princípios, n. 95, maio 2008. Disponível em: <<http://revistaprincipios.com.br/artigos/95/cat/736/pensar-o-impensável-o-desenrolar-da-crise-de-crédito-global-.html>>. Acesso em 22 abr. 2018.

SKAF, Paulo. **Lições de casa em meio à turbulência**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 63, nº 02, p. 18-19, fev. 2009.

WOODS, Thomas. **No atual arranjo financeiro, os bancos devem ser controlados?** Mises Brasil, 2012. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/Article.aspx?id=1389>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

*Recebido em: junho de 2018
Aprovado em: setembro de 2018*